

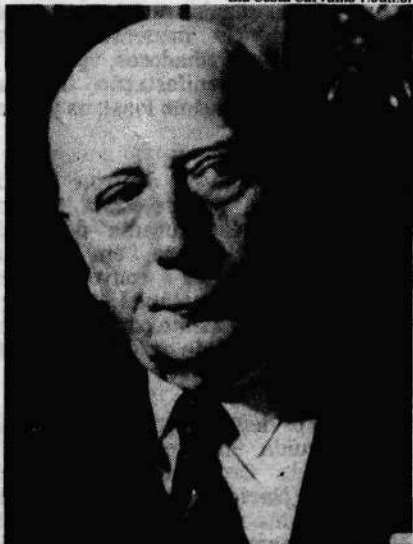
# Planalto age para evitar derrota de Ulysses

CLÓVIS ROSSI

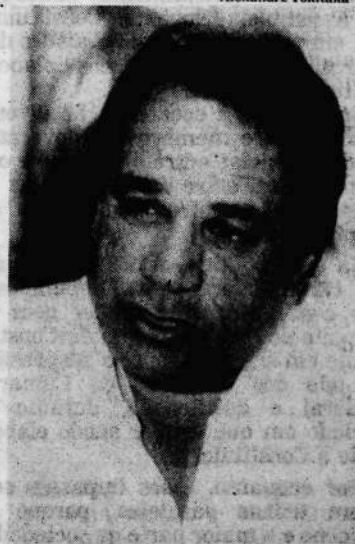
Enviado especial a Brasília

Lia Costa Carvalho-7 Jan. 87

Alexandre Tokitaka-14 Dez. 86



Ulysses Guimarães



Fernando Lyra

Não bastasse a crise econômica, agravada pela inércia do governo, o Brasil poderia mergulhar também em uma crise política, a partir da instalação, hoje, do Congresso constituinte, se o governo federal não tivesse agido com a rapidez e eficiência que não mostrou na área econômica: o presidente José Sarney —coadjuvado por uma parte dos governadores eleitos pelo PMDB— pôs a funcionar todo o poderoso mecanismo de cooptação de parlamentares para reconduzir o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, à presidência da Câmara, barrando, em princípio, o caminho de seu adversário, Fernando Lyra (PMDB-PE).

Análises mais catastrofistas chegaram a enxergar, na vitória de Lyra, o estopim de uma crise institucional, mais do que política. Afinal, eleito presidente da Câmara, Lyra seria o substituto eventual do presidente da República, hipótese que a central de boatos em permanente funcionamento em Brasília colocava como inaceitável para os militares.

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, com a autoridade de quem está no coração do poder, descarta a hipótese, até porque Lyra foi, durante quase um ano, ministro da Justiça e, como tal, responsável teórico pelo estratégico Departamento de Polícia Federal, sem que nada acontecesse de extraordinário.

O que ninguém descarta é a possibilidade de uma crise política, decorrente da seguinte análise: se Ulysses perdesse a eleição na Câmara, teria sido derrotado especialmente por seu próprio partido, dono de 260 das 487 cadeiras (maioria absoluta, portanto), o que equivaleria, simultaneamente, a destituir-lo também da presidência do partido.

E não há, no PMDB, outro nome capaz de conservar pelo menos a aparência de unidade do partido, principalmente porque qualquer escolha estaria inevitavelmente subordinada à disputa interna pela indicação à candidatura para a Presidência da República. Se, por exemplo, o governador de São Paulo, Franco Montoro, fosse escolhido para o lugar de Ulysses, seria bombardeado pelos demais "presidenciáveis", estilhaçando o principal partido de sustentação do governo.

As pressões do governo e dos governadores eleitos do PMDB, não necessariamente determinadas pela antevisão da crise política, afastaram aparentemente o fantasma da crise. Mesmo um eleitor de Lyra, como o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), acha que Ulysses será reeleito. E um eleitor de Ulysses não propriamente entusiasta, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), vai mais longe: "O dr. Ulysses pôe 120 votos de diferença".

## Cautela

Em todo o caso, ainda há alguma cautela mesmo entre os "ulyssistas". Cautela explicável: o deputado federal Roberto Freire (PCB-PE) lembra que, na disputa anterior, entre o mesmo Ulysses e Alencar Furtado, "não se encontrava nos corredores um só eleitor do Alencar e a diferença acabou sendo mínima" (26 votos).

Se se repetir essa margem estreita, estará de qualquer forma feito algum

estrago, de que dá prova a irritação da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), uma das líderes da campanha de Lyra: "O PMDB ficou pior do que a Arena. Esta, pelo menos, não tinha vergonha de mostrar subserviência ao governo, enquanto o PMDB é tão subserviente quanto a Arena, mas mantém a retórica de independência". Outra indicação vem do senador Mário Covas (PMDB-SP), eleitor de Ulysses, que reclama do uso dos boatos sobre o suposto veto militar a Lyra: "Argumentos como esse já deveriam estar sepultados".

Ainda que Ulysses vença com uma margem capaz de sepultar desconfortos latentes ou expressos, os trabalhos do Congresso constituinte começam em meio a um insólito clima de confusão, seja na área econômica, seja na área política. Confusão que criou dois universos paralelos, convivendo no reduzido espaço de 14.400 quilômetros quadrados que formam o Plano Piloto de Brasília —ou o Brasil oficial. O governo e a maior parte da sociedade se ocupam das dificuldades econômicas, enquanto os constituintes se preocupam com duas questões internas: os cargos em disputa nas três Casas do Congresso (Constituinte, Senado e Câmara) e o mecanismo de funcionamento delas no período de elaboração da Constituição.

Há, portanto, um inquietante distanciamento entre o pedaço do Brasil oficial representado pelo Congresso, preocupado consigo mesmo, e o Brasil real, preocupado com preços, salários e juros. Esse distanciamento ajuda a explicar o surgimento de propostas desconexas e contraditórias, como a da suspensão dos trabalhos da Câmara e do Senado, enquanto estiver sendo elaborada a Constituição. Desconexa porque desconhece o fato de que a atual Constituição continua em vigor e, para suspender o funcionamento das duas Casas, seria preciso aprovar emenda constitucional, para o que se exige o quórum de dois terços, aparentemente inatingível.

E contraditória porque a iniciativa está sendo tomada pela bancada do PMDB, o mesmo partido que destituiu do cargo de relator do projeto de convocação da Constituinte, no ano retrasado, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), exatamente porque ele propunha uma Constituinte exclusiva, em vez de um Congresso constituinte.

Pelo menos nos primeiros dias de funcionamento do Congresso consti-

tuente, esses universos paralelos continuarão em órbitas diferentes. Primeiro, porque a decisão do governo de tomar medidas econômicas —conta-gotas, realinhando paulatinamente os preços e não mexendo no resto, retirará da discussão em torno da economia o caráter agudo que teve nos últimos trinta dias. Segundo, porque os constituintes continuarão se ocupando, prioritariamente, da elaboração do regimento, motivo de outra das muitas divergências existentes no país: há os que querem criar uma "grande comissão", composta por cerca de 10% dos eleitos, marginalizando os demais, e os que preferem a criação de numerosas subcomissões, de forma a permitir a participação dos 559 constituintes.

## O mundo real

Essa convivência relativamente pacífica tende a ser rapidamente desmontada pela intromissão do Brasil real nesse Brasil congressual. Já na quinta-feira, 5, as três centrais sindicais existentes no país (Central Geral dos Trabalhadores, moderada, União Sindical Independente, conservadora, e Central Única dos Trabalhadores, de esquerda) irromperam no cenário brasileiro com a reunião de um "Fórum Sindical", no qual a convocação de uma nova greve geral será o tema dominante.

Por mais empenhados que estejam em discutir o regimento e se a Câmara e o Senado funcionam ou não, os constituintes não poderão ficar inteiramente alheios a realidades mais palpáveis para o conjunto da sociedade. E ainda que o fiquem, serão de novo acordados uma semana depois, no dia 12: será a vez de os produtores rurais marcharem sobre Brasília, na busca do que consideram um tratamento mais digno para o setor primário da economia.

Salário (pau de fundo da possível nova greve geral) e preços (motor básico da mobilização dos ruralistas) forçarão assim a sua entrada no universo do Congresso constituinte. E ele, finalmente, deixará a órbita paralela em que se move hoje, até porque são estas questões as que provocam divisões no governo e, por extensão, o imobilismo governamental.

Tende a chegar, portanto, mais cedo do que tarde a situação prevista pelo governador Franco Montoro, em conversas informais com seus assessores: se o governo continuar paralisado, o Congresso constituinte pode tomar em suas mãos a condução da política econômica.